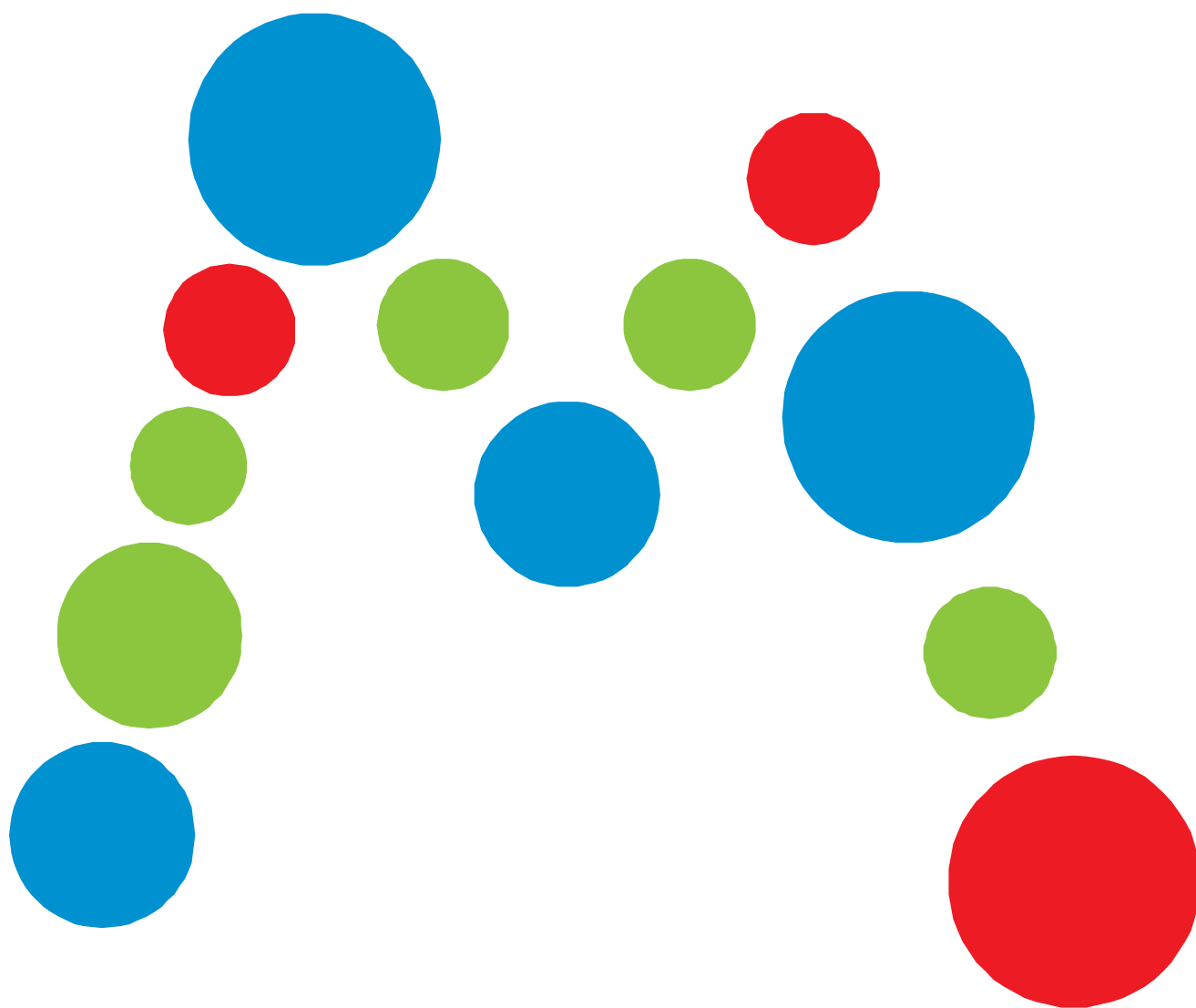


Mercados

informação global



Indonésia Ficha de Mercado

Julho 2014



aicep Portugal Global

Índice

1. Dados Gerais	3
2. Economia	5
2.1. Situação Económica e Perspetivas	5
2.2. Comércio Internacional	7
2.3. Investimento Estrangeiro	11
2.4. Turismo	13
3. Relações Económicas com Portugal	15
3.1. Comércio de Bens	15
3.2. Serviços	19
3.3. Investimento	19
3.4. Turismo	19
4. Condições Legais de Acesso ao Mercado	19
4.1. Regime Geral de Importação	19
4.2. Regime de Investimento Estrangeiro	23
5. Informações Úteis	24
6. Contactos Úteis	26
7. Endereços de Internet	29

1. Dados Gerais

Mapa:



Fonte: The Economist Intelligence Unit (EIU)

Área:	1.904.443 km ²
População:	250,8 milhões de habitantes (estimativa 2013). A Indonésia é o quarto país mais populoso do mundo, a seguir à China, à Índia e aos EUA
Densidade populacional:	138 hab. /Km ² (estimativa 2013)
Designação oficial:	República da Indonésia
Chefe de Estado:	Presidente Susilo Bambang Yudhoyono (até Outubro de 2014); Presidente Joko Widodo (a partir de Outubro de 2014)
Vice-Presidente:	Boediono (até Outubro de 2014); Yusuf Kalla (a partir de Outubro de 2014)
Data da atual constituição:	A Constituição de agosto de 1945 foi abolida pela Constituição Federal de 1949 e a Constituição Provisional de 1950, restaurada em 5 de julho de 1959; grupo de emendas concluído em 2002
Principais partidos políticos:	Há três partidos seculares nacionalistas: o Partido Demócrata (PD), o Golkar e o Partido Indonésio de Luta Democrática (PDI-P). Os outros quatro principais partidos têm orientação islâmica e são: o Partido do Desenvolvimento Unido (PPP), o Partido do Despertar Nacional (PKB), o Partido do Mandato Nacional (PAN) e o Partido da Justiça Próspera (PKS). O Partido da Consciência Popular (Hanura), o Partido do Grande Movimento da Indonésia (Gerindra) e o Partido Democrático Nacional (NasDem) também concorreram às eleições legislativas de

2014. As próximas eleições, legislativas e presidenciais, estão previstas, respetivamente, para abril de 2019 e julho de 2014

Capital:	Jacarta (8,8 milhões de habitantes). Localiza-se na ilha de Java
Outras cidades importantes:	Surabaya; Bandung; Medan; Bekasi; Tangerang; Semarang; Depok; Palembang; Makassar; Bogor, Bandar Lampung
Religião:	87,2% da população é aderente do Islão, 9,9% é cristã (sendo 2,9% da Igreja Católica) e 1,7% é hindu (estimativa 2010). Existem, também, praticantes de outras religiões
Língua:	A língua oficial é o “Bahasa Indonesia”, de origem malaia. Falam-se ainda no arquipélago muitas outras línguas e dialetos regionais, entre os quais o javanês, o sundanês, o árabe e o chinês. O inglês é amplamente falado ao nível do Governo e em termos de negócios
Unidade monetária:	Rupia indonésia (IDR) 1 EUR = 16.167,87 IDR (Banco de Portugal - média / junho 2014)
Risco País:	Risco geral - BB (AAA = risco menor; D = risco maior) - EIU Risco Político - B Risco de Estrutura Económica - BB
Risco de crédito:	3 (1 = risco menor; 7 = risco maior) - (COSEC - junho 2014)
Política de cobertura de risco:	<i>Operações de Curto prazo</i> – Caso a caso, com eventual exigência de carta de crédito irrevogável ou garantia bancária <i>Médio/Longo prazo</i> – Caso a caso, com eventual exigência de garantia bancária ou garantia soberana (COSEC - junho 2014)

Principais relações internacionais e regionais:

Banco Asiático de Desenvolvimento ([Asian Development Bank – ADB](#)), Banco Islâmico de Desenvolvimento ([Islamic Development Bank – ISDB](#)), Banco de Compensações Internacionais ([Bank for International Settlements – BIS](#)), Organização das Nações Unidas ([United Nations – UN](#)) e suas agências especializadas ([Specialized Agencies, Related Organizations, Funds, and Other UN Entities](#)). Integra, ainda, a Organização Mundial de Comércio ([World Trade Organization – WTO](#)) desde 1 de janeiro de 1995. A nível regional faz parte do Encontro Ásia-Europa ([Asia-Europe Meeting – ASEM](#)), do Fórum de Cooperação Económica da Ásia e do Pacífico ([Asia-Pacific Economic Cooperation – APEC](#)), do Conselho de Cooperação Económica do Pacífico ([Pacific Economic Cooperation Council – PECC](#)) e da Associação de Nações do Sudeste Asiático ([Association of Southeast Asian Nations – ASEAN](#)). Dada a sua relevância é de salientar que a ASEAN celebrou Acordos de Comércio Livre (que permitem que sejam aplicadas isenções ou reduções de direitos aduaneiros) com a [Austrália e Nova Zelândia](#), [China](#), [Coreia do Sul](#), [Índia](#) e [Japão](#)

Relacionamento com a União Europeia (UE):

O relacionamento da Indonésia com a UE rege-se, fundamentalmente, pelo [Acordo de Cooperação](#), assinado em 1980, que, em termos de comércio de mercadorias, assume a natureza de acordo não preferencial em que as partes concedem-se mutuamente o tratamento da nação mais favorecida (*MFN – Most*

Favoured Nation: conceito de não discriminação onde cada membro da OMC concede aos produtos de um outro membro um tratamento não menos favorável do que o tratamento que concede aos produtos semelhantes de qualquer outro país). Em 2009 foi assinado um novo acordo entre a Indonésia e a UE, o [Acordo-Quadro Global de Parceria e Cooperação \(APE\)](#), cuja entrada em vigor é esperada [ainda durante o ano de 2014](#). Também em 2009 foi [constituído um grupo de trabalho com elementos de ambas as partes \(o Vision Group\)](#), com o objetivo de produzir recomendações para o próximo nível de relacionamento. As [conclusões deste grupo](#) foram apresentadas em maio de 2011, propondo a negociação de um Acordo de Comércio Livre (ACL). Desde então, têm sido estabelecidos intensos contatos bilaterais a fim de preparar as bases para a negociação do ACL. Cumpre ainda destacar que, [no âmbito dos países da ASEAN](#), a UE tem negociado os ACL individualmente, tendo concluído as negociações com Singapura em 2013 e encontrando-se em curso as negociações com a Malásia, Vietnam e Tailândia. Salienta-se que os acordos de comércio livre visam, entre outras metas, a eliminação dos direitos aduaneiros e barreiras não pautais no comércio entre as partes e uma maior abertura no acesso aos mercados dos serviços e investimento, propriedade intelectual, contratos públicos, etc. Mais informação sobre o relacionamento bilateral entre as partes pode ser consultada no Portal – [European External Action Service \(EEAS\)](#)

Ambiente de Negócios

Competitividade (Rank no Global Competitiveness Index 2013/14) - 38º	Facilidade de Negócios (Rank no Doing Business Rep. 2014) - 120º
Transparência (Rank no Corruption Perceptions Index 2013) - 114º	Ranking Global (EIU, entre 82 mercados) - 56º

2. Economia

2.1. Situação Económica e Perspetivas

A Indonésia é a economia motora da ASEAN, possuindo consideráveis recursos naturais e um significativo desenvolvimento industrial.

Este país tem importantes reservas de petróleo; tem níveis muito elevados de produção de óleo de palma, carvão, cacau, estanho, aço, cobre e borracha; dispõe de importantes reservas de níquel e de bauxite; e, por outro lado, existem na Indonésia grandes reservas de energia geotermal e de água.

O contributo da indústria para o PIB foi de 45,7% em 2013, sendo as percentagens relativas aos serviços e à agricultura, respetivamente, de 39,9% e de 14,4%. O país tem vindo a apostar cada vez mais na modernização da sua agricultura, em particular no que respeita à biotecnologia agrícola.

De um país de baixo rendimento em meados dos anos 60, a Indonésia transformou-se num país de médio-baixo rendimento. O PIB *per capita* tem vindo a aumentar, estimando-se, no entanto, um valor de 3.460 USD relativo a 2013, que é inferior ao montante registado no ano anterior. O EIU (*The Economist Intelligence Unit*), prevê uma redução no valor deste indicador em 2014 e acréscimos nos montantes dos quatro anos seguintes.

Desde o final da crise financeira asiática de 1997-98 que a Indonésia vem registando sólidas taxas de crescimento do PIB.

O país superou, melhor que os seus vizinhos regionais e sem grandes sobressaltos, a crise financeira global, em grande medida porque as suas exportações têm pouco peso no PIB e graças à sua elevada dependência do consumo interno.

O crescimento do PIB foi de 6,3% em 2012. Atendendo a uma política monetária mais restritiva, uma taxa de inflação elevada, a descida dos preços das exportações e a reavaliação do prémio de risco requerido para os investimentos realizados pelos mercados emergentes, verificou-se um menor crescimento do PIB em 2013 (5,8%).

O montante do consumo privado registou um aumento de 5,3% em 2013, representando cerca de 56% do PIB nesse ano, esperando-se que continue a dar o maior contributo para o crescimento económico do país, embora o acréscimo previsto para 2014 seja ligeiramente inferior (5,2%).

A formação bruta de capital fixo, responsável por aproximadamente 32% do PIB em 2013, registou nesse ano um incremento percentual de 4,7%, inferior aos acréscimos dos três anos anteriores que se situaram entre cerca de 8% e 10%, perspetivando-se que o valor deste indicador possa crescer 5,2% em 2014. Para esse abrandamento do ritmo de crescimento da formação bruta de capital fixo contribuem as elevadas taxas de juro e a volatilidade da moeda local. O EIU perspetiva, no entanto, que as respetivas taxas de crescimento anuais no período 2015-2018 voltem a ser mais elevadas (não sendo menores do que 8%), esperando que se possa verificar uma melhoria do ambiente de negócios.

A taxa de inflação média foi de 4% em 2012 passando para 6,4% em 2013, para o que contribuiu o aumento considerável dos preços dos combustíveis em junho do ano transato e a subida dos preços dos produtos alimentares. Para 2014, prevê-se que a inflação seja semelhante à do ano anterior.

O défice do setor público passou de 1,8% do PIB em 2012 para 2,3% em 2013, sendo a percentagem prevista para 2014 semelhante à do ano anterior. O peso da dívida pública no PIB era de quase 30% em 2008, sendo a estimativa relativa a 2013 de 23,3%. Para 2014, o EIU prevê um valor percentual ligeiramente superior ao do ano anterior (23,6%), perspetivando reduções nas respetivas percentagens da dívida pública face ao PIB dos quatro anos seguintes.

Após vários anos consecutivos de saldos positivos da balança corrente da Indonésia, registou-se em 2012 um défice, representando 2,8% do PIB, devido, sobretudo, à considerável redução no saldo da balança comercial. O défice da balança corrente foi superior em 2013 (3,4% do PIB), esperando-se que aumente ligeiramente em 2014, passando para 3,5%.

Principais Indicadores Macroeconómicos

	Unidade	2011 ^a	2012 ^a	2013 ^a	2014 ^c	2015 ^c	2016 ^c
População	Milhões	245,6	248,2	250,8 ^b	253,3	255,8	258,2
PIB a preços de mercado	10 ¹² IDR	7.419	8.229	9.084	9.929	11.119	12.541
PIB a preços de mercado	10 ⁹ USD	845,9	876,7	868,3	861,2	1.003,6	1.212,0
PIB <i>per capita</i>	USD	3.440	3.530	3.460 ^b	3.400	3.920	4.690
Crescimento real do PIB	%	6,5	6,3	5,8	5,4	6,2	6,4
Consumo privado	Var. %	4,7	5,3	5,3	5,2	5,5	5,6
Consumo público	Var. %	3,7	2,4	4,4	7,7	8,2	8,4
Formação bruta de capital fixo	Var. %	8,3	9,7	4,7	5,2	8,0	8,8
Taxa de desemprego	%	6,6	5,8	5,8	5,8	5,6	5,6
Taxa de inflação (média)	%	5,3	4,0	6,4	6,4	6,2	7,2
Saldo do setor público	% do PIB	-1,1	-1,8	-2,3	-2,3	-1,7	-1,5
Dívida Pública	% do PIB	22,6 ^b	23,1 ^b	23,3 ^b	23,6	22,7	21,6
Saldo da balança corrente	10 ⁹ USD	1,7	-24,4	-29,1	-30,1	-32,5	-31,9
Saldo da balança corrente	% do PIB	0,2	-2,8	-3,4	-3,5	-3,2	-2,6
Dívida externa	% do PIB	26,6	29,1	30,6 ^b	32,8	30,0	26,6
Taxa de câmbio - média	1USD=xIDR	8.770	9.387	10.461	11.529	11.079	10.347

Fonte: The Economist Intelligence Unit (EIU)

Notas: (a) Dados Efetivos; (b) Estimativas; (c) Previsões

IDR - Rupia Indonésia

O Governo indonésio apresentou um plano estratégico tendo em vista a aceleração e a expansão do desenvolvimento económico do país (2011-2025). Pretende-se reduzir a pobreza (em setembro de 2013, 28,55 milhões de pessoas viviam abaixo do limiar da pobreza), reforçar o potencial económico regional, desenvolver as infraestruturas de transporte a nível nacional, garantir a educação, evoluir em termos de ciência e tecnologia e melhorar a produtividade. Por outro lado, no documento é apresentado o objetivo do país se situar nas 10 primeiras economias do mundo em 2025 e o de alcançar um rendimento *per capita* entre 14.250 USD e 15.500 USD nesse ano.

2.2. Comércio Internacional

O baixo nível de rendimento disponível durante os anos 70 e 80 teve como consequência que as exportações se tenham tornado num importante fator de crescimento económico naquele período. Em

meados da década de 70, as vendas ao exterior consistiam essencialmente num reduzido número de matérias-primas, onde se incluíam a borracha natural, o óleo de coco, a copra, o estanho e o petróleo.

Os elevados preços do petróleo nos anos 70 conduziram a Indonésia para a dependência das exportações dessa matéria-prima e do gás, originando um saldo positivo da balança comercial global de mercadorias, apesar do défice observado ao nível da balança não-energética.

Com o declínio dos preços internacionais do petróleo após 1983, foi levado a cabo um esforço concertado em direção à industrialização, o que originou que produtos semiacabados, em particular os têxteis, tenham dominado rapidamente a composição das exportações indonésias.

Verificou-se uma orientação no sentido da diversificação da base exportadora, estratégia que conduziu, em 1993, à obtenção, pela primeira vez em vinte anos, de um *superavit* da balança não-energética. No entanto, em 2013 o peso dos combustíveis e óleos minerais no valor total das exportações era superior ao que se verificava em 2001.

Do lado das importações, o crescimento vinha sendo lento, tendo-se atingido apenas em 2004 o nível registado antes da crise asiática de 1997-1998. Em 2007, 2008, 2010 e 2011 o crescimento das importações foi superior ao das exportações. Em 2012, houve um aumento do valor das importações e uma diminuição do montante das exportações, tendo-se verificado reduções em ambos os fluxos em 2013.

Evolução da Balança Comercial

(10 ⁹ USD)	2009	2010	2011	2012	2013
Exportação fob	119,6	158,1	200,8	188,5	183,3
Importação fob	88,7	127,4	166,0	179,9	177,3
Saldo	30,9	30,6	34,8	8,6	6,0
Coeficiente de cobertura (%)	134,8	124,1	121,0	104,8	103,4
Posição no <i>ranking</i> mundial					
Como exportador	29 ^a	28 ^a	26 ^a	26 ^a	27 ^a
Como importador	31 ^a	29 ^a	29 ^a	27 ^a	27 ^a

Fontes: The Economist Intelligence Unit (EIU); World Trade Organization (WTO)

No período de 2009 a 2013, a média das taxas de crescimento anuais das exportações foi de quase 13% e no que respeita às importações foi de aproximadamente 20%.

Os valores das exportações registaram aumentos de 32,2% em 2010 e de 27% em 2011, verificando-se variações percentuais de -6,1% em 2012 e de -2,8% em 2013.

Os montantes das importações aumentaram 43,6% em 2010, 30,3% em 2011 e 8,4% em 2012, registando uma variação percentual de -1,4% em 2013.

O saldo da balança comercial é, habitualmente positivo, tendo, no entanto, diminuído de 34,8 mil milhões de USD em 2011 para 8,6 mil milhões de USD em 2012, sendo o montante de 2013 ainda menor (6 mil milhões de USD).

O coeficiente de cobertura das importações pelas exportações, nos últimos cinco anos, passou de 134,8% em 2009 para 103,4% em 2013.

As exportações e as importações representaram 41,5% do PIB em 2013, sendo a percentagem de 20,4%, considerando apenas as compras de bens ao exterior; nesse ano, a Indonésia representou 1% do total das importações a nível mundial.

O Japão é o principal cliente desse país, com uma quota de 14,8% nas exportações em 2013; seguiram-se a China (12,4%), Singapura (9,1%), os EUA (8,6%) e a Índia (7,1%).

Estes cinco mercados representaram, em conjunto, 52% do total das suas vendas de produtos para o exterior nesse ano.

Principais Clientes

Mercado	2011		2012		2013	
	Quota (%)	Posição	Quota (%)	Posição	Quota (%)	Posição
Japão	16,6	1ª	15,9	1ª	14,8	1ª
China	11,3	2ª	11,4	2ª	12,4	2ª
Singapura	9,1	3ª	9,0	3ª	9,1	3ª
EUA	8,1	4ª	7,8	5ª	8,6	4ª
Índia	6,6	6ª	6,6	6ª	7,1	5ª
Portugal	0,06	65ª	0,04	72ª	0,09	55ª

Fonte: International Trade Centre (ITC)

O Japão, a China e Singapura mantiveram sempre as mesmas posições de 2011 a 2013. O mercado dos EUA ocupou o 4º lugar em 2011 e 2013, tendo descido à 5ª posição em 2012. A Índia situou-se na 6ª posição em 2011 e 2012, subindo ao 5º lugar no ano seguinte.

As quotas da China aumentaram sempre no período em análise, diminuíram os valores percentuais do Japão e registaram oscilações as percentagens relativas a Singapura e aos EUA. A quota da Índia no valor total das exportações da Indonésia em 2012 foi semelhante à do ano anterior, sendo superior a percentagem em 2013.

Ao nível das compras da Indonésia ao exterior, a China ocupa a primeira posição, com uma quota de 16% das importações globais em 2013, seguindo-se Singapura (13,7%), o Japão (10,3%), a Malásia (7,1%) e a Coreia do Sul (6,2%).

O valor agregado dos cinco primeiros mercados representou cerca de 53% do total das suas importações nesse ano.

Dos países mencionados, a China, Singapura e o Japão mantiveram sempre as mesmas posições de 2011 a 2013. A Malásia subiu da 7ª posição em 2011 para o 4º lugar em 2012, que se manteve em 2013. A Coreia do Sul ocupou a 5ª posição em 2013, como se verificou no ano anterior, ficando abaixo do 4º lugar registado em 2011.

As quotas da China e da Malásia nas importações totais da Indonésia aumentaram ao longo do período 2011-2013, verificando-se oscilações nos respetivos valores percentuais de Singapura e do Japão. A quota da Coreia do Sul em 2013 foi semelhante à do ano anterior, sendo inferior à percentagem registada em 2011.

Principais Fornecedores

Mercado	2011		2012		2013	
	Quota (%)	Posição	Quota (%)	Posição	Quota (%)	Posição
China	14,8	1ª	15,3	1ª	16,0	1ª
Singapura	14,6	2ª	13,6	2ª	13,7	2ª
Japão	11,0	3ª	11,9	3ª	10,3	3ª
Malásia	5,9	7ª	6,4	4ª	7,1	4ª
Coreia do Sul	7,3	4ª	6,2	5ª	6,2	5ª
Portugal	0,03	70ª	0,01	78ª	0,02	74ª

Fonte: International Trade Centre (ITC)

Em termos de importância de Portugal nos fluxos comerciais da Indonésia, em 2013 o nosso país situou-se na 55ª posição no *ranking* de clientes, com uma quota de 0,09%, e no 74º lugar no de fornecedores, com um valor percentual de 0,02%.

Os países da UE28 absorveram 9,2% do montante total das exportações da Indonésia em 2013, sendo a quota no valor global das importações de 7,4%.

Os principais agrupamentos de produtos exportados pela Indonésia, em 2013, foram combustíveis e óleos minerais (com 31,5% do total), gorduras e óleos animais ou vegetais, etc. (10,5%), máquinas e equipamentos elétricos (5,7%), borracha e suas obras (5,1%) e minérios, escórias e cinzas (3,6%). Estes grupos de produtos representaram, em conjunto, aproximadamente 56% do valor global das suas vendas para o exterior nesse ano.

Desses agrupamentos, apenas o valor dos minérios, escórias e cinzas aumentou em 2013 face ao ano anterior (28,8%).

A quatro dígitos da Nomenclatura Combinada, o destaque ao nível das exportações vai para as categorias de produtos relativas a hulhas, briquetes, etc. (com 12,5% do montante global), gás de petróleo e outros hidrocarbonetos gasosos (9,9%), azeite de palma e suas frações (8,7%) e óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos (5,6%).

Principais Produtos Transacionados - 2013

Exportações / Setor	%	Importações / Setor	%
27 - Combustíveis e óleos minerais, etc.	31,5	27 - Combustíveis e óleos minerais, etc.	24,4
15 - Gorduras e óleos animais ou vegetais, etc.	10,5	84 - Máquinas e equipamentos mecânicos	14,6
85 - Máquinas e equipamentos elétricos	5,7	85 - Máquinas e equipamentos elétricos	9,8
40 - Borracha e suas obras	5,1	72 - Ferro fundido, ferro e aço	5,1
26 - Minérios, escórias e cinzas	3,6	87 - Veículos automóveis e outros veículos terrestres, suas partes e acessórios	4,2

Fonte: International Trade Centre (ITC)

No que se refere às importações, os principais grupos de produtos em 2013 foram combustíveis e óleos minerais (com 24,4% do montante global), máquinas e equipamentos mecânicos (14,6%) e elétricos (9,8%), ferro fundido, ferro e aço (5,1%) e veículos automóveis e outros veículos terrestres, suas partes e acessórios (4,2%). O valor agregado destes agrupamentos representou aproximadamente 58% do total.

Destes grupos, somente o montante dos combustíveis e óleos minerais aumentou de 2012 para 2013 (6,5%).

A quatro dígitos da Nomenclatura Combinada, são de destacar as categorias de produtos referentes a óleos de petróleo ou de minerais betuminosos (excluindo óleos brutos), preparações, etc. (14,9% do valor global) e óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos (7,3%).

2.3. Investimento Estrangeiro

A *Nova Ordem* começou a encorajar ativamente o investimento estrangeiro a partir de 1966. Nos anos 70 e início dos anos 80, os elevados rendimentos gerados pelo setor petrolífero originaram uma menor necessidade governamental dos fundos provenientes do investimento estrangeiro. Consequentemente, foram introduzidas condições cada vez mais restritivas à entrada de capital externo no país, nomeadamente ao nível das regras de emprego de expatriados estrangeiros e da importação de maquinaria e matérias-primas, ao mesmo tempo que se foi fechando o leque de setores abertos ao

investimento estrangeiro e impostas condições, tendo em vista a participação de empresas locais nos projetos.

Este cenário, combinado com a quase estagnação do mercado doméstico, levou ao declínio dos níveis de investimento estrangeiro a partir de 1984. Em 1986, foi implementado um conjunto de reformas desreguladoras, incluindo a abertura de alguns setores ao investimento privado, a redução do capital mínimo necessário para a criação de um negócio e a facilitação relativa à contratação de estrangeiros e à importação de *inputs* associados aos investimentos.

A alteração da regulamentação anunciada, em junho de 1994, para liberalizar o investimento estrangeiro na Indonésia, teve como efeito um aumento do IDE (investimento direto do exterior) no país. Posteriormente, a crise económica e a incerteza política tiveram um reflexo muito negativo no investimento estrangeiro na Indonésia.

Em 2004 e 2005, os valores de IDE aumentaram, sendo, respetivamente, de quase 1,9 mil milhões de USD e de 8,3 mil milhões de USD. O montante de IDE na Indonésia em 2006 (4,9 mil milhões de USD) ficou em mais de 40% aquém do registado em 2005, tendo, no entanto, sido superior ao montante de 2004.

Um renovado esforço para melhorar o clima de negócios foi lançado no início de 2007, com a publicação de uma nova lei de investimento. Verificou-se uma recuperação da descida verificada em 2006 nos dois anos seguintes, tendo-se registado em 2008 um valor de 9,3 mil milhões de USD.

Em 2009 voltou a ocorrer uma redução significativa no montante de IDE (a variação percentual foi, aproximadamente, de -48% face a 2008), passando novamente para um valor inferior a 5 mil milhões de USD. Nos três anos seguintes verificaram-se acréscimos nos montantes de IDE, registando-se um valor de 19,6 mil milhões de USD em 2012. O respetivo valor de 2013 foi de 18,8 mil milhões de USD.

Segundo o Conselho de Coordenação para o Investimento (BKPM - *Badan Koordinasi Penanaman Modal*) os principais países de origem do IDE realizado nesse país, em 2013, foram o Japão, Singapura, os EUA, a Coreia do Sul, e o Reino Unido e os principais setores de destino desse investimento foram a indústria extrativa, os equipamentos de transporte e outras áreas da indústria de transportes, a indústria metalúrgica, máquinas e eletrónica, a indústria química e farmacêutica e eletricidade gás e água. O valor do IDE representou 2,2% do PIB e 6,8% do total da formação bruta de capital fixo em 2013.

Nos últimos cinco anos, o investimento direto da Indonésia no exterior registou o maior montante em 2011 (7,7 mil milhões de USD), situando-se o valor de 2013 em quase 5,2 mil milhões de USD. No período em análise, os respetivos montantes de investimento direto no exterior foram sempre inferiores aos valores de IDE.

Investimento Direto

(10 ⁶ USD)	2009	2010	2011	2012	2013
Investimento do exterior na Indonésia	4.877	13.771	19.241	19.618	18.818
Investimento da Indonésia no exterior	2.249	2.664	7.713	5.309	5.157
Posição no <i>ranking</i> mundial					
Como recetor	40 ^a	25 ^a	21 ^a	17 ^a	20 ^a
Como emissor	39 ^a	39 ^a	34 ^a	32 ^a	n.d.

Fontes: The Economist Intelligence Unit (EIU); UNCTAD - World Investment Report 2013

Nota: n.d. - não disponível

O EIU prevê um acréscimo do valor do IDE e uma redução do investimento direto da Indonésia no exterior em 2014 e aumentos de ambos os fluxos nos quatro anos seguintes. Não obstante os incrementos previstos nos montantes do investimento direto do país no estrangeiro, no período de 2015 a 2018, apenas os valores perspetivados para 2017 e 2018 é que são superiores ao verificado em 2011.

2.4. Turismo

A partir de meados dos anos 70, elevados fluxos de investimento foram canalizados para o setor do turismo, nomeadamente para a hotelaria. Contudo, o aumento do nível da chegada de turistas ficou abaixo das expectativas, com apenas 592 mil registados em 1982. Esta situação, a par da perspectiva de declínio do rendimento das exportações de petróleo, proporcionou uma revisão do setor.

Em abril de 1983 foi levantada a necessidade de vistos para turistas da maioria dos países europeus, de todos os países ASEAN e de muitos países da área do Pacífico, incluindo os EUA e o Canadá. Esforços adicionais para promover o turismo foram efetuados nos anos seguintes.

A partir de 1986, ano em que se registou a entrada de 850 mil turistas estrangeiros, o crescimento do setor acelerou de forma acentuada, com aquele número a crescer à média anual de 19,7%, atingindo cerca de 5 milhões em 1995. No mesmo período, as despesas dos turistas aumentaram sensivelmente 25% ao ano, de 590,5 milhões de USD para 4,3 mil milhões de USD. Nos dois anos seguintes, os rendimentos gerados pela indústria turística continuaram a subir, embora o número de turistas tenha estabilizado à volta dos 5 milhões anuais.

A partir da segunda metade de 1997 os visitantes estrangeiros começaram a diminuir, observando-se apenas 3,8 milhões em 1998. Em 1999 e no ano 2000 os respetivos números de visitantes estrangeiros foram, respetivamente, de 3,9 milhões e 4,2 milhões. A quebra verificada resultou do aumento de distúrbios populares e da instabilidade política. Em 2000, as receitas foram de 4,8 mil milhões de USD, sendo inferior ao valor de 1997 (5,3 mil milhões de USD).

O turismo na Indonésia sofreu severamente com os cancelamentos de viagens na sequência dos atentados terroristas de 11 de setembro de 2001 nos EUA. O setor pareceu recuperar em 2002, até que em meados de outubro, ocorreram atentados terroristas em Bali, vitimando cerca de 200 pessoas, na sua maioria turistas ocidentais. Novas ocorrências violentas, a síndrome respiratória aguda grave de 2003, a gripe das aves e o *tsunami* de 2004, acompanhado da publicidade negativa à sua volta, mantiveram o número de turistas reduzido, cerca de 5 milhões em 2005, menos 6% do que no ano anterior.

Em 2006, verificou-se, ainda, uma ligeira redução nas chegadas de turistas (a variação percentual foi de -2,6%), tendo-se registado incrementos desde essa altura.

Nos últimos cinco anos, o número de turistas aumentou 10,7% em 2010, 9,2% em 2011 e 5,2% em 2012. A estimativa para 2013 é de 8,8 milhões de turistas, correspondendo a um acréscimo de 9,4% face ao ano anterior. O crescimento médio anual ao longo desse período foi de 8,6%.

Indicadores do Turismo

	2009	2010	2011	2012	2013*
Turistas (10 ³)	6.324	7.003	7.650	8.044	8.802
Receitas (10 ⁶ USD)	5.598	6.957	7.997	8.325	9.337

Fonte: World Tourism Organization (UNWTO)

Nota: (*) Dados provisórios

Os incrementos dos valores das receitas foram superiores aos verificados em termos de número de turistas em 2010 e 2011 (sendo, respetivamente, de 24,3% e de 14,9%), assim como no que respeita à estimativa para 2013 (12,2%), não aconteceu o mesmo, no entanto, em 2012 (uma variação percentual de 4,1%). A taxa média de crescimento anual no período em análise foi, neste caso, de 13,9%.

Os principais emissores de turistas estrangeiros para a Indonésia, em 2012 (último ano disponível), foram Singapura (com 16,5% do total), a Malásia (15,8%), a Austrália (11,8%), a China (9%), o Japão (5,8%) e a Coreia do Sul (4,1%).

De referir, que o peso dos países do sudeste asiático, só por si, foi de 40,4% no total de turistas que visitaram o país em 2012, representando os outros mercados da região Ásia/Pacífico e a Europa, respetivamente, 36,2% e 14,6%.

As despesas dos turistas estrangeiros no país representaram 1,1% do PIB em 2012, sendo semelhante o peso das despesas relativas a turistas indonésios no exterior.

3. Relações Económicas com Portugal

3.1. Comércio de Bens

A Indonésia é um parceiro comercial com pouca relevância na estrutura do comércio internacional português, ocupando, em 2013, o 90º lugar no *ranking* dos clientes de Portugal, a segunda pior posição do período 2009-2013. O peso das exportações portuguesas para a Indonésia, nesse ano, foi de apenas 0,03% do respetivo total, como se verificou nos três anos anteriores.

Em 2013, a Indonésia posicionou-se no 50º lugar no *ranking* dos fornecedores de Portugal, o que aconteceu também em 2011, e o peso das compras de bens provenientes desse país foi de 0,18% do respetivo valor global, sendo a melhor posição e a maior quota dos últimos cinco anos.

Importância da Indonésia nos Fluxos Comerciais de Portugal

		2009	2010	2011	2012	2013	2014 Jan/Mar
Indonésia como cliente de Portugal	Posição	95 ^a	85 ^a	89 ^o	81 ^a	90 ^a	63 ^a
	% Saídas	0,02	0,03	0,03	0,03	0,03	0,06
Indonésia como fornecedor de Portugal	Posição	51 ^a	57 ^a	50 ^a	59 ^a	50 ^a	43 ^a
	% Entradas	0,15	0,11	0,15	0,10	0,18	0,23

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE)

Nota: Os termos Saídas e Entradas correspondem aos agregados (Expedições+Exportações) e (Chegadas+Importações), cujas designações se referem às trocas comerciais IntraUE e ExtraUE, respetivamente

De janeiro a março de 2014, a Indonésia ocupou a 63ª posição no respetivo *ranking* de clientes, com um quota de 0,06% e o 43º lugar no de fornecedores, com uma percentagem de 0,23%.

Os valores das exportações portuguesas para a Indonésia aumentaram 73,9% em 2010, sendo os incrementos registados em 2011 e 2012, respetivamente, de 10,1% e 41,3%. Verificou-se uma diminuição do montante em 2013 face ao ano anterior (uma variação percentual de -16,1%). O crescimento médio anual no período 2009-2013 foi de 27,3%.

As nossas compras de produtos provenientes do mercado indonésio diminuíram em 2010 e 2012 (variações percentuais, respetivamente, de -19% e -36,6%), aumentando em 2011 (36,2%) e 2013 (83,7%). A taxa média de crescimento anual foi de 16,1% no período em análise.

Os montantes das importações são significativamente superiores aos das exportações, o que se traduz em consideráveis saldos negativos ao nível da balança comercial. Esta registou, em 2013, um défice de quase 88,3 milhões de euros. O coeficiente de cobertura das importações pelas exportações foi de 12,9% em 2013, tendo-se verificado, em 2012, a maior percentagem dos últimos cinco anos (28,2%).

Evolução da Balança Comercial Bilateral

(10 ³ EUR)	2009	2010	2011	2012	2013	Var. ^a 13/09	2013 Jan/Mar	2014 Jan/Mar	Var. ^b 14/13
Exportações	5.748	9.997	11.011	15.559	13.052	27,3	3.324	7.122	114,2
Importações	78.913	63.893	87.026	55.165	101.326	16,1	20.802	33.639	61,7
Saldo	-73.165	-53.896	-76.015	-39.606	-88.274	--	-17.478	-26.517	--
Coef. Cobertura	7,3%	15,6%	12,7%	28,2%	12,9%	--	16,0%	21,2%	--

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE)

Notas: (a) Média aritmética das taxas de crescimento anuais no período 2009-2013

(b) Taxa de variação homóloga

2009 a 2011: resultados definitivos; 2012: resultados provisórios; 2013 e 2014: resultados preliminares

Nos três primeiros meses de 2014, aumentaram os valores das nossas vendas de bens para a Indonésia (114,2%) e das compras provenientes desse país (61,7%), face ao período homólogo do ano anterior.

Em termos das exportações de Portugal para a Indonésia, em 2013, situaram-se na primeira posição as máquinas e aparelhos, com 45,8% do total. Seguiram-se os metais comuns (16,4%), os plásticos e borracha (9,8%), os minerais e minérios (6,7%) e os veículos e outro material e transporte (6,1%). Estes grupos de produtos representaram, em conjunto, cerca de 85% do total das exportações nesse ano.

Desses agrupamentos, verificaram-se reduções nos montantes dos metais comuns e dos veículos e outro material de transporte em 2013 relativamente ao ano anterior (variações percentuais, respetivamente, de -26,3% e -73,8%). No entanto, o valor das exportações de metais comuns em 2013 (2,1 milhões de euros) é bastante superior ao registado em 2009 (perto de 300 mil euros). Por outro lado, registou-se em 2009 um montante de exportações portuguesas para esse país de máquinas e aparelhos próximo de 900 mil euros e outro referente a plásticos e borracha de 400 mil euros, sendo os valores em 2013 de, respetivamente, quase 6 milhões de euros e 1,3 milhões de euros.

Numa análise mais desagregada, a quatro dígitos da Nomenclatura Combinada, as cinco principais categorias de produtos exportados foram as seguintes: reservatórios, tonéis, cubas e recipientes semelhantes para quaisquer matérias (exceto gases comprimidos ou liquefeitos), de ferro fundido, ferro ou aço, de capacidade superior a 300 litros (com 9% do valor global), partes destinadas às máquinas e aparelhos das posições pautais 8425 a 8430 (8,6%), quadros, painéis e outros suportes, com dois ou mais aparelhos das posições pautais 8535 ou 8536, etc. (7,1%), aparelhos elétricos para telefonia ou telegrafia e videofones (6,7%) e partes e acessórios dos veículos automóveis das posições 8701 a 8705 (5,8%). O valor agregado destas categorias representou cerca de 37% do total em 2013.

Exportações por Grupos de Produtos

(10 ³ EUR)	2009	% Total 2009	2012	% Total 2012	2013	% Total 2013	Var % 13/12
Máquinas e aparelhos	902	15,7	5.720	36,8	5.974	45,8	4,4
Metais comuns	307	5,3	2.911	18,7	2.145	16,4	-26,3
Plásticos e borracha	400	7,0	1.019	6,5	1.277	9,8	25,3
Minerais e minérios	616	10,7	715	4,6	873	6,7	22,2
Veículos e outro mat. transporte	26	0,5	3.022	19,4	792	6,1	-73,8
Matérias têxteis	1.640	28,5	935	6,0	735	5,6	-21,4
Madeira e cortiça	319	5,6	363	2,3	343	2,6	-5,5
Calçado	31	0,5	73	0,5	236	1,8	221,7
Químicos	25	0,4	284	1,8	158	1,2	-44,5
Combustíveis minerais	0	0,0	79	0,5	157	1,2	98,0
Peles e couros	9	0,1	120	0,8	39	0,3	-67,5
Instrumentos de ótica e precisão	12	0,2	59	0,4	31	0,2	-47,8
Vestuário	7	0,1	29	0,2	31	0,2	6,4
Alimentares	0	0,0	96	0,6	22	0,2	-76,8
Agrícolas	78	1,4	14	0,1	22	0,2	52,9
Pastas celulósicas e papel	1.290	22,4	2	0,0	15	0,1	560,5
Outros produtos	19	0,3	117	0,8	205	1,6	74,5
Valores confidenciais	66	1,2	0	0,0	0	0,0	§
Total	5.748	100,0	15.559	100,0	13.052	100,0	-16,1

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE)

Nota: § - Coeficiente de variação >= 1000% ou valor zero em 2012

Segundo a informação do GEE - Gabinete de Estratégia e Estudos (Ministério da Economia), os produtos classificados como de média-alta intensidade tecnológica representaram 52,6% das exportações portuguesas para a Indonésia, em 2012 (último ano disponível), de produtos industriais transformados (99,2% das exportações totais). Seguiram-se os produtos com graus de intensidade tecnológica média-baixa (30,2%), baixa (10,6%) e alta (6,6%).

Com base nos dados disponibilizados pelo INE, 141 empresas portuguesas efetuaram exportações de produtos para a Indonésia em 2012 (último ano disponível), uma subida de, aproximadamente, 64% em relação ao ano de 2008.

Ao nível das importações portuguesas de produtos da Indonésia, as matérias têxteis situaram-se na primeira posição, em 2013, com 29,6% do respetivo total; seguiram-se os produtos agrícolas (14,5%), os produtos alimentares (13,7%), os plásticos e borracha (12,1%) e o calçado (10,5%). Estes grupos representaram, em conjunto, cerca de 80% do respetivo valor global nesse ano.

Os valores de todos esses grupos de produtos aumentaram de 2012 para 2013. As importações de calçado passaram de quase 700 mil euros em 2012 para 10,6 milhões de euros em 2013. Os acréscimos dos produtos agrícolas e dos plásticos e borracha foram, respetivamente, de aproximadamente 107% e 496%, não sendo os incrementos dos montantes dos outros dois agrupamentos inferiores a 70%.

Importações por Grupos de Produtos

(10 ³ EUR)	2009	% Total 2009	2012	% Total 2012	2013	% Total 2013	Var % 13/12
Matérias têxteis	14.275	18,1	15.787	28,6	30.005	29,6	90,1
Agrícolas	28.784	36,5	7.136	12,9	14.732	14,5	106,5
Alimentares	2.325	2,9	8.162	14,8	13.923	13,7	70,6
Plásticos e borracha	2.691	3,4	2.051	3,7	12.215	12,1	495,5
Calçado	655	0,8	657	1,2	10.609	10,5	§
Químicos	1.318	1,7	4.231	7,7	5.516	5,4	30,4
Metais comuns	225	0,3	1.472	2,7	3.413	3,4	131,9
Máquinas e aparelhos	16.972	21,5	5.756	10,4	3.159	3,1	-45,1
Veículos e outro mat. transporte	2.632	3,3	4.648	8,4	1.640	1,6	-64,7
Pastas celulósicas e papel	99	0,1	855	1,5	1.263	1,2	47,7
Vestuário	1.654	2,1	1.545	2,8	1.014	1,0	-34,4
Madeira e cortiça	1.607	2,0	382	0,7	360	0,4	-5,8
Minerais e minérios	172	0,2	679	1,2	111	0,1	-83,7
Instrumentos de ótica e precisão	920	1,2	77	0,1	54	0,1	-30,2
Peles e couros	71	0,1	61	0,1	48	0,0	-21,7
Combustíveis minerais	0	0,0	0	0,0	15	0,0	§
Outros produtos	2.873	3,6	1.666	3,0	3.249	3,2	95,0
Valores confidenciais	1.639	2,1	0	0,0	0	0,0	§
Total	78.913	100,0	55.165	100,0	101.326	100,0	83,7

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE)

Nota: § - Coeficiente de variação >= 1000% ou valor zero em 2012

Numa análise mais em detalhe, a quatro dígitos da Nomenclatura Combinada, as cinco primeiras categorias de produtos importados foram as seguintes: fios de fibras sintéticas descontínuas, não acondicionados para venda a retalho (com 12,5% do total), borracha natural, em formas primárias ou em chapas, folhas, ou tiras (10,8%), preparações e conservas de peixes, caviar e seus sucedâneos preparados a partir de ovas de peixes (10,2%), partes de calçado, palmilhas, reforços, polainas, perneiras e artigos semelhantes (10,2%) e fios de fibras artificiais descontínuas, não acondicionados para venda a retalho (9,8%). O valor agregado destas categorias representou, aproximadamente, 54% do total.

Segundo a informação do GEE, os produtos classificados como de baixa intensidade tecnológica representaram 62,2% do valor das importações portuguesas provenientes da Indonésia, em 2012, de produtos industriais transformados (91,7% das importações totais). Seguiram-se os produtos com graus de intensidade tecnológica média-alta (16%), alta (14,5%) e média-baixa (7,3%).

3.2. Serviços

Não existem dados disponíveis que nos permitam fazer uma análise dos fluxos relativos aos serviços.

3.3. Investimento

Não existem dados disponíveis que nos permitam fazer uma análise dos fluxos relativos ao investimento.

3.4. Turismo

Não existem dados disponíveis que nos permitam fazer uma análise dos fluxos relativos ao turismo.

4. Condições Legais de Acesso ao Mercado

4.1. Regime Geral de Importação

Apesar da política liberalizadora e das reformas implementadas pela Indonésia desde a década de 80 existem, ainda, vários sinais de protecionismo que caracterizam este mercado: muitos produtos sujeitos a licença de importação; taxas aduaneiras elevadas; controlos alfandegários (ex.: inspeções de verificação da conformidade dos produtos à chegada e prévias ao embarque); entre outras medidas, como, por exemplo, registo de bens e requisitos rigorosos de rotulagem (é o caso dos [produtos alimentares](#) que para poderem ser importados e comercializados no país necessitam de estar registados junto da [National Agency of Drug and Food Control](#) e conter um rótulo escrito em *Bahasa Indonesia*, a língua local, de forma estável e irremovível, não sendo permitido a aposição de autocolantes).

Em matéria de despacho aduaneiro, o funcionamento pouco transparente da alfândega indonésia (ex.: excesso de inspeções o que implica uma demora no desalfandegamento das mercadorias; introdução de novas regras sem consulta prévia dos operadores; comportamentos pouco lícitos por parte de alguns funcionários) tem sido frequentemente considerado uma importante barreira às importações.

Mais recentemente, em janeiro e fevereiro de 2014, [entraram em vigor dois diplomas relativos à indústria e ao comércio](#) que, apesar de ainda carecerem de regulamentação (prevista para os próximos dois anos), são já apontados por alguns observadores como iniciativas nacionalistas para defender o mercado indonésio das importações.

Os principais entraves comunicados pelas empresas europeias à Comissão podem ser consultados no *Site Market Access Database (MADB* – apenas acessível para quem está localizado na União Europeia), no tema [Trade Barriers](#). No que diz respeito aos produtos agroalimentares pode, ainda, ser consultado o [portal GlobalAgriMar](#) (ver tema “Facilitação da Exportação” e, depois, “Constrangimentos à Exportação” e “Condições de Exportação Recentemente Acordadas”), do Gabinete de Planeamento e Políticas – GPP, do Ministério da Agricultura e do Mar (MAM).

No âmbito do regime de importação é, igualmente, de destacar que apenas empresas de direito local e devidamente registadas junto das autoridades locais (*Ministry of Finance* e *Ministry of Trade*), são elegíveis oficialmente para se licenciarem como importadores junto da [Directorate General of Customs and Excise](#) e disporem de um número de registo ([MADB](#), seleccionar *Country: Indonesia* e clicar em *Search / Accept / Country Overview – Import Regulations/Licensing*). Neste sentido, as empresas exportadoras devem sempre indicar um distribuidor/agente local para poderem proceder à venda dos seus bens.

Relativamente a normas e requisitos técnicos, importa salientar que os produtos industriais estão muitas vezes sujeitos ao cumprimento de normas nacionais, sendo a entidade responsável por esta área a [National Standardization Agency of Indonesia](#).

No que se refere à exportação de produtos de origem animal (ex.: carnes; lacticínios; ovos) e de produtos de origem vegetal (ex.: plantas; frutas; sementes; e legumes), as empresas portuguesas devem inquirir junto da [Divisão de Internacionalização e Mercados](#), da [Direção-Geral de Alimentação e Veterinária \(DGAV\)](#), sobre a possibilidade de realizar a exportação dos seus produtos para a Indonésia. Com efeito, pode não ser possível, desde logo, exportar produtos de origem animal ou vegetal para este mercado pelo facto de Portugal não se encontrar habilitado para a exportação (necessidade de acordo entre os serviços veterinários/fitossanitários de Portugal e país de destino no que se refere ao procedimento e/ou modelo de certificado sanitário/fitossanitário).

O facto de determinados produtos/países não constarem na lista de países com constrangimentos à exportação do [portal GlobalAgriMar](#) não significa que Portugal esteja habilitado a exportar para o mercado. Eventualmente, pode nunca ter existido qualquer intensão de exportação por parte de empresas portuguesas, condição indispensável para a [DGAV](#) iniciar o processo de habilitação para a exportação. Para melhor entendimento das várias fases destes processos, consultar, no referido Portal, a apresentação esquemática sobre os processos de habilitação para a exportação de:

- [Animais, produtos animais e produtos/subprodutos de origem animal](#);
- [Vegetais e produtos vegetais com risco fitossanitário](#).

Ainda no que se refere aos produtos alimentares importa referir, pela sua importância, a denominada Certificação *Halal*: significa "permitido" ou "lícito" em árabe, a qual estabelece que os bens a exportar, sobretudo os produtos alimentares, não podem contrariar os ditames e princípios da lei islâmica, de modo a poderem ser introduzidos no consumo. Um dos produtos alimentares abrangidos por esta certificação é a carne e produtos cárneos; quanto aos restantes produtos alimentares, a sua identificação depende do seu processo de fabrico e composição ([MADB](#), seleccionar *Country: Indonésia* e clicar em *Search / Accept / Country Overview – Packaging, Marking, and Labelling Requirements*), devendo o exportador contactar os organismos encarregues da Certificação *Halal* em Portugal, para apurar da necessidade da referida certificação.

Em Portugal, a Certificação *Halal* pode ser efetuada junto das seguintes entidades:

- [Comunidade Islâmica de Lisboa](#) – CIL, que necessita, para o efeito, de subcontratar os serviços da empresa MK4B, que está encarregue de efetuar a inspeção e fiscalização dos bens alimentares a exportar pelos agentes económicos, a respetiva composição e o processo de fabrico, assim como a elaboração do *dossier* administrativo a apresentar à CIL. Deste modo, as empresas portuguesas, quando da exportação destes bens, devem contactar com a empresa MK4B – Rua Acúrsio Pereira, n.º 20, r/c Dto., 1800-003 Lisboa – contacto: Sr. Paulo Vitorino; e-mail: mk4b.lda@gmail.com (a utilizar de forma preferencial); telemóvel: 933603015;
- [Instituto Halal de Portugal](#) – contacto: Sr. Vali (e-mail: info@halal.org.pt); telemóvel: 937860786.

Outro aspeto importante a considerar é a necessidade de inspeção pré-embarque para alguns produtos (como é o caso do ferro e do aço) tendo o Governo indonésio delegado na empresa indonésia [KSO Sucofindo - Surveyor Indonésia \(KSO SSI\)](#) a competência para a realização dessa inspeção ([MADB](#), seleccionar *Country: Indonésia* e clicar em *Search / Accept / Country Overview – Pre-Shipment Inspection and Customs Inspection*). Após o pedido do importador a KSO SSI reencaminha a ordem de inspeção para a entidade responsável no país exportador que, por sua vez, envia um pedido de informação à empresa exportadora. Em Portugal, a [BIVAC/Bureau Veritas](#) e a [Cotecna](#) são entidades que podem ser responsáveis pela referida inspeção. Os importadores com o estatuto *MITA (status of main partner)* estão isentos das inspeções pré-embarque ([MADB](#), seleccionar *Country: Indonésia* e clicar em *Search / Accept / Country Overview – Customs Procedures*).

No que se refere à documentação (geral/específica) exigida para a importação das mercadorias neste país, os interessados podem obter informação acedendo ao tema [Procedures and Formalities](#) no já referido *Site* da *Market Access Database*.¹ É possível clicar nos *itens* aí referidos para obter informação pormenorizada sobre cada uma das formalidades/documentos, chamando-se especial atenção para a coluna [Country Overview](#), no qual podem ser consultadas variadíssimas matérias, de entre as quais se destacam os procedimentos aduaneiros de importação, as regras de rotulagem e embalagem, a regulamentação técnica de produtos e a inspeção pré-embarque.

¹ Os critérios de pesquisa são os seguintes: seleccionar o mercado - *Country / Indonésia*; introduzir as posições pautais dos produtos - *Product Code* - a 4 ou 6 dígitos; clicar em *Search* e aceitar as condições em *Accept*.

Quanto aos encargos aduaneiros, a Pauta Aduaneira Indonésia segue o Sistema Harmonizado de Designação e Codificação de Mercadorias da ASEAN (AHTN), baseada no Sistema Harmonizado de Designação e Codificação de Mercadorias (SH), sendo a maioria dos direitos alfandegários calculada numa base *ad valorem* sobre o valor CIF das mercadorias.

No âmbito do relacionamento comercial com a União Europeia, e enquanto não for concluído e entrar em vigor o Acordo de Comércio Livre entre as partes, as mercadorias comunitárias não têm tratamento preferencial à entrada na Indonésia; ao contrário, este país beneficia do [Sistema de Preferências Generalizadas](#), que permite a uma grande variedade de produtos um acesso privilegiado ao mercado comunitário (com isenção ou redução de direitos aduaneiros), desde que devidamente acompanhados do documento comprovativo de origem (Certificado *Form A*) – [Practical guide to the new GSP trade regimes for developing countries](#).

Relativamente à tributação que recai sobre os produtos comunitários a quando da sua entrada na Indonésia, a mesma pode ser consultada no *Site da Market Access Database*, no tema [Tariffs](#), selecionando o mercado e o produto/código pautal². Clicando no código pautal específico do produto (classificação mais desagregada), os interessados têm acesso a outras imposições fiscais para além dos direitos de importação (ex.: *Value Added Tax, Sales Tax on Luxury Goods, Excise Duties*).

No que concerne a encargos adicionais aos direitos de importação, importa mencionar:

- Imposto sobre o Valor Acrescentado (*Value Added Tax*) – Recai sobre a venda de bens e serviços e importações à taxa normal de 10%. A importação de alguns produtos alimentares como o arroz, o sal, o milho e a soja estão isentos de IVA.
- Taxa sobre Artigos de Luxo (*Sales Tax on Luxury Goods*) – Variável (dependendo do produto) entre os 10% e os 75%. Incluem-se, entre outros produtos: artigos em couro, calçado, perfumes, equipamento desportivo, mobiliário.
- Impostos Especiais sobre o Consumo (*Excise Duties*) – Incidem (a taxas variáveis) sobre cigarros, cerveja, vinho e bebidas espirituosas.

Para mais informações sobre encargos aduaneiros e encargos adicionais como o *Value Added Tax* e a *Sales Tax on Luxury Goods* os interessados podem consultar a publicação da PWC [Indonesian Pocket Tax Book 2014](#).

Por último, no que se refere à propriedade intelectual (marcas, patentes, etc), as empresas europeias têm à sua disposição o portal [ASEAN IPR SME Helpdesk](#) com toda a informação relevante sobre a matéria ([Indonesia IP Country Factsheet, outubro 2013](#)).

² Os critérios de pesquisa são os mesmos utilizados para obter os procedimentos e formalidades (documentação).

4.2. Regime de Investimento Estrangeiro

Em dezembro de 2007 foi aprovado o novo regime jurídico ([Lei n.º 25/2007](#)) para o investimento na Indonésia, que visa melhorar o clima de negócios no país e criar um quadro mais transparente em termos de segurança jurídica e igualdade de tratamento entre o investimento doméstico e externo. Com esta reforma, que revoga a legislação de 1968, foram consignados, entre outros, os seguintes objetivos:

- Redução dos prazos necessários para a obtenção de todas as autorizações necessárias ao início de uma atividade;
- Liberdade de repatriação do capital investido e dos lucros gerados pelo investimento, bem como de compensações eventualmente recebidas do Governo em resultado da nacionalização da empresa constituída pelo investidor estrangeiro;
- Alteração da *negative list* que estabelece os setores completamente fechados ou apenas parcialmente proibidos ao investidor, com vista a permitir um maior acesso dos promotores à atividade económica. A *negative list* começou por ser aprovada através do Decreto Presidencial n.º 77/2007 (alterado pelo [Decreto Presidencial n.º 111/2007](#)) mas, com o objetivo de responder aos compromissos assumidos no âmbito da ASEAN, o Governo da Indonésia alterou por duas vezes a referida lista, [primeiro em 2010](#) ([Decreto Presidencial n.º 36](#)) e, mais recentemente, em 2014, através do [Decreto Presidencial n.º 39, de 23 de abril](#). É, pois, este último, que, [revendo a política de investimento nos diversos setores de atividade](#), define quais os setores fechados, os que se encontram parcialmente vedados e os abertos sem restrições ao investimento estrangeiro.

Os interessados podem consultar esta [regulamentação, entre outra](#) (bem como as [listas das atividades proibidas e vedadas sob condição](#)), no *Site* do [Indonesia Investment Coordinating Board \(BKPM\)](#), organismo governamental responsável pela promoção do investimento na Indonésia, assim como pela coordenação das políticas nesta área.

A apresentação do investimento e do projeto com vista à sua aprovação correm junto do *BKPM*, à qual se seguem os demais passos burocráticos, que incluem escritura de constituição da sociedade, registo fiscal, registo comercial, publicação no jornal oficial, legalização de eventuais trabalhadores estrangeiros e demais licenciamentos a que haja lugar em face do investimento em causa (licenças ambientais, licenças para o exercício de atividade, entre outras). Em 2009 o Governo aprovou legislação com vista à implementação do [one-stop-shop system](#) (OSS), para facilitar o licenciamento dos projetos de investimento; também foi criada a [National Single Window for Investment](#) (NSWi).

Apesar da reforma empreendida no sentido de liberalizar o regime de investimento (facilitando e reduzindo os procedimentos burocráticos) a [Delegação da União Europeia em Jacarta](#) tem considerado que existe um pendor restritivo a nível da decisão ministerial, que ultrapassa, muitas vezes, o previsto na *negative list*; tem alertado, também, para a falta de transparência e de consulta pública na elaboração da legislação, quer na área do investimento, quer do comércio. Em face de mudanças imprevisíveis nesta área, aconselha-se os eventuais promotores a consultar do *BKPM* antes da realização de qualquer operação de investimento.

De entre os incentivos existentes ao investimento destacam-se: a redução do imposto sobre o rendimento e a isenção ou redução do imposto sobre o valor acrescentado e de direitos aduaneiros na importação de bens de equipamento e matérias-primas não produzidos localmente – consultar o *Site* da *BKPM* – [Taxation](#) (escolher *Incentives* e *Vallued Added Tax*) e [Investment Incentives](#).

A Indonésia dispõe de várias EPZ's – *Export Processing Zones* (a mais conhecida destas zonas é a *Batam Industrial Zone*, administrada pela [Batam Industrial Development Authority](#)), que permitem o acesso, por parte das empresas aí instaladas, a um conjunto significativo de benefícios fiscais (ex.: isenções de IVA e direitos aduaneiros).

Importa, ainda, salientar que, quer a [BKPM](#), quer a [NSWi](#), disponibilizam nos respetivos *Sites* informação sobre os vários passos que o investimento estrangeiro deve cumprir. Quanto a informações fiscais relevantes para efeitos de investimento as mesmas podem ser obtidas no *Site* da [BKPM](#).

Para mais informações sobre o quadro legal do investimento estrangeiro, formas de estabelecimento, sistema fiscal, aspetos laborais, entre outras, existem vários Guias de Investimento na Indonésia disponíveis na Internet, destacando-se, pela sua atualidade (apesar de anterior às recentes alterações à *negative list*) o [Doing Business in Indonesia, de fevereiro de 2014](#), da [UHY](#).

Por último é de realçar que, por forma a reforçar o desenvolvimento das relações de investimento entre Portugal e a Indonésia, foi celebrada entre ambos os países a [Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento e Respetivo Protocolo](#), em vigor desde 11 de maio de 2007.

5. Informações Úteis

Formalidades na Entrada

Os cidadãos portugueses necessitam de visto para entrar no território indonésio, devendo ser portadores de passaporte com validade superior a 6 meses.

Todavia, desde 1 de agosto de 2005, a Indonésia concede aos cidadãos portugueses a facilidade de obtenção de um visto à chegada nos principais portos e aeroportos do país.

Hora Local

Existem na Indonésia três fusos horários diferentes:

Zona ocidental (Jacarta) – corresponde ao GMT mais sete horas. Em relação a Portugal, tem mais sete horas no horário de inverno e mais seis horas no de verão;

Zona central (Bali) – corresponde ao GMT mais oito horas. Em relação a Portugal, tem mais oito horas no horário de inverno e mais sete horas no de verão;

Zona oriental (Molucas) – corresponde ao GMT mais nove horas. Em relação a Portugal, tem mais nove horas no horário de inverno e mais oito horas no de verão.

Horários de Funcionamento

Serviços Públicos:

8h30 às 16h30 (de domingo a quinta-feira)

Bancos:

8h00 às 15h00 (de segunda-feira a sexta-feira)

Comércio Tradicional:

8h30 / 9h00 às 18h30 / 19h00 (de segunda-feira a sábado)

Centros Comerciais e Supermercados:

9h00 ou 10h00 às 22h00 (de segunda-feira a sexta-feira)

10h00 às 22h00 (sábados e domingos)

Farmácias:

8h00 às 21h00 ou 22h00 (de segunda-feira a sábado)

Algumas farmácias estão abertas 24 horas por dia, nomeadamente as localizadas nos hospitais.

Correios:

8h00 às 16h00 (de segunda-feira a sexta-feira)

Feriados 2014

1 de janeiro - Dia de Ano Novo
14 de janeiro - *Mouloud* (Aniversário do Profeta Maomé)
31 de janeiro - Ano Novo Chinês
18 de abril - Sexta-feira Santa
20 de abril - Dia de Páscoa
1 de maio - Dia do Trabalhador
15 de maio - Dia *Waisak* (Aniversário de Buddha)
27 de maio - *Lailat al Miraj* (Ascensão do Profeta Maomé)
29 de maio - Dia da Ascensão de Jesus Cristo
28 e 29 de julho - *Idul Fitri*
30 de julho a 1 de agosto - tolerância após *Idul Fitri*
17 de agosto - Dia da Independência
5 de outubro - *Eid al-Adha* (Festa do Sacrifício)
25 de outubro - *Muharram* (Novo Ano Islâmico)
25 de dezembro - Dia de Natal

Corrente Elétrica

Na Indonésia a maioria das tomadas é de 220 V, mas algumas são, ainda, de 110 V.

Pesos e Medidas

É utilizado o sistema métrico.

6. Contactos Úteis

Em Portugal

Embaixada da Indonésia em Portugal
Rua Miguel Lupi, 12, 1º
1249-080 Lisboa
Tel.: +351 213 932 070 | Fax: +351 213 932 079
E-mail: <mailto:minfo@indonesiaembassy-lisbon.net>

aicep Portugal Global
Rua Júlio Dinis, 748, 8º Dto
4050-012 Porto
Tel.: +351 226 055 300
E-mail: aicep@portugalglobal.pt | <http://www.portugalglobal.pt>
(Atendimento Comercial no 9º andar)

aicep Portugal Global

Av. 5 de Outubro, 101

1050-051 Lisboa

Tel.: +351 217 909 500

E-mail: aicep@portugalglobal.pt | <http://www.portugalglobal.pt>

CCIIP - Câmara do Comércio e Indústria Indonésia Portugal

Rua de Sá da Bandeira, 481, 1E

4000-436 Porto

Tel: +351 223 392 500 | Fax: +351 223 392 509

E-mail: geral.cciip@gmail.com

Autoridade Tributária e Aduaneira

Rua da Alfândega, 5, r/c

1149-006 Lisboa

Tel.: +351 218 813 700 | Linha Azul: +351 218 813 818

E-mail: at@at.gov.pt | <https://www.e-financas.gov.pt/de/jsp-dgaiec/main.jsp>

COSEC - Companhia de Seguro de Créditos, S.A.

Direção Internacional

Av. da República, 58

1069-057 Lisboa

Tel.: +351 217 913 700 | Fax: +351 217 913 720

E-mail: international@cosec.pt | <http://www.cosec.pt>

Comunidade Islâmica de Lisboa

Av. José Malhoa (à Praça de Espanha)

1000 Lisboa

Tel.: 213 874 142

E-mail: cil.lisboa@gmail.com; info@comunidadeislamica.pt | <http://www.comunidadeislamica.pt>

Empresa MK4B (Certificação *Hala!*)

Rua Acúrsio Pereira, 20, r/c Dto

1800-003 Lisboa

E-mail: mk4b.lda@gmail.com

Telemóvel: +351 933603015

Contacto: Sr. Paulo Vitorino

Instituto *Halal* de Portugal Fundação – FIP (Certificação *Halal*)

Av. Vila Amélia Lote 171/172

Quinta do Anjo

2950-805 Palmela

Tel.: +351 937860786

E-mail: info@halal.org.pt | <http://halal.org.pt>

Contacto: Sr. Vali

Bivac Ibérica (Bureau Veritas)

(Inspeção Pré-Embarque)

Pólo Tecnológico de Lisboa

Lote 21

1600-485 Lisboa

Tel.: +351 210 006 700 | Fax: +351 210 006 780

E-mail: administrativo.bivac@pt.bureauveritas.com | <http://www.bivac.com>

COINS Portugal – Unipessoal Lda. – (Grupo COTECNA)

(Inspeção Pré-Embarque)

Rua Pedro Hispano, n.º 98

4100-130 Porto

Tel.: +351 226 052 450 | Fax +351 226 005 501

E-mail: cotecna.porto@cotecna.pt | <http://www.cotecna.pt>

Contactos: Dr. Vasco Albuquerque; Dr. Sebastião Jesus

Na Indonésia

Embaixada de Portugal em Jacarta

Jalan Indramayu, 2A, Menteng

Jakarta Pusat 10310 - Indonesia

Tel.: +62 21 31908030 | Fax: +62 21 31908031

E-mail: porembjak@cbn.net.id

aicep Portugal Global - Jacarta

Embassy of Portugal

Jl. Indramayu, 2A, Menteng

Jakarta Pusat 10310 - Indonesia

Tel.: +62 21 3983 1903 | Fax: +62 21 3190 8031

E-mail: aicep.jakarta@portugalglobal.pt

Delegation of the European Union to Indonesia, Brunei Darussalam and ASEAN

Intiland Tower, 16th Floor

Jl Jend Sudirman 32

Jakarta 10220 - Indonesia

Tel.: +62 21 25546200 | Fax: +62 21 25546201

E-mail: delegation-indonesia@eeas.europa.eu |

http://eeas.europa.eu/delegations/indonesia/index_en.htm

Indonesia Investment Coordinating Board

(Badan Koordinasi Penanaman Modal - BKPM)

Jalan Jenderal Gatot Subroto, 44

Jakarta 12190

P.O. Box 3186 - Indonesia

Tel.: +62 21 52921329/30/34/35 | Fax: +62 21 5202050

E-mail: info@bkpm.go.id | <http://www6.bkpm.go.id>

National Standardization Agency of Indonesia

Gedung Manggala Wanabakti, Blok IV, Lantai 3-4

Jl. Gatot Subroto, Senayan

Jakarta 10270 - Indonesia

Tel.: +62 21 5747043 | Fax +62 21 5747045

E-mail: bsn@bsn.go.id | <http://www.bsn.go.id>

7. Endereços de Internet

A informação *online* aicep Portugal Global pode ser consultada no *Site* da Agência, nomeadamente, nas seguintes páginas:

- [Guia do Exportador](#)
- [Guia de Internacionalização](#)
- [Temas de Comércio Internacional](#)
- [Mercados Externos \(Indonésia\)](#)
- [Livraria Digital](#)

Outros endereços:

- [ASEAN IPR SME Helpdesk](#)
- [Asia-Europe Meeting \(ASEM\)](#)
- [Asia-Pacific Economic Cooperation \(APEC\)](#)
- [Asian Development Bank \(ADB\)](#)
- [Association of Southeast Asian Nations \(ASEAN\)](#)
- [Bank of Indonesia \(Central Bank\)](#)
- [Bank for International Settlements \(BIS\)](#)
- [BATAM Center](#)
- [BIVAC/Bureau Veritas](#)
- [Comunidade Islâmica de Lisboa \(CIL\)](#)
- [Cotecna](#)
- [Delegation of the European Union to Indonesia, Brunei Darussalam and ASEAN](#)
- [Directorate General of Customs & Excise](#)
- [Directorate General for National Export Development \(DGNEDE\)](#)
- [Doing Business in Indonesia 2014 \(World Bank Group\)](#)
- [Doing Business in Indonesia – Business Reforms 2014 \(World Bank Group\)](#)
- [Doing Business in Indonesia – Law Library – Business Laws and Regulations \(World Bank Group\)](#)
- [Doing Business in Indonesia – Starting a Business 2013 \(World Bank Group\)](#)
- [Doing Business in Indonesia, – UHY, fevereiro 2014](#)
- [European External Action Service \(EEAS – Indonesia\)](#)

- [Guia Prático – Destacamento de Trabalhadores de Portugal para Outros Países \(Instituto da Segurança Social\)](#)
- [INATRADE - Trade's licensing services using electronic and online system](#)
- [Indonesia Investment Coordinating Board \(BKPM\)](#)
- [Indonesia Investment Coordinating Board \(BKPM\) – Investment Step by Step](#)
- [Indonesia National Single Window](#)
- [Indonesia News Agency \(Antara News\)](#)
- [Instituto Halal de Portugal](#)
- [Islamic Development Bank \(ISDB\)](#)
- [KSO Sucofindo - Surveyor Indonesia \(KSO SSI\)](#)
- [Legislation In0donesia \(Lexadin\)](#)
- [Market Access Database \(tariffs; import formalities; trade barriers; etc.\)](#)
- [Ministry of Finance](#)
- [Ministry of Foreign Affairs](#)
- [Ministry of Health](#)
- [Ministry of Trade](#)
- [National Agency of Drug and Food Control \(NA-DFC\)](#)
- [National Portal Republic of Indonesia](#)
- [National Single Window for Investment \(NSWi\)](#)
- [National Single Window for Investment – Investment Step by Step](#)
- [National Standardization Agency of Indonesia \(BSN\)](#)
- [Pacific Economic Cooperation Council \(PECC\)](#)

- [Portal das Comunidades Portuguesas / Conselhos aos Viajantes \(Indonésia\)](#)
- [PWC Indonesian Pocket Tax Book 2014](#)
- [Segurança Social \(Destacamento de Trabalhadores para Países com os quais não foram celebrados Acordos Bilaterais / Convenções, como é o caso da Indonésia\)](#)
- [Statistics Indonesia](#)
- [Tempointeractive – Indonesia’s Weekly News Magazine](#)
- [Tourism Indonesia](#)
- [United Nations \(UN\) / Specialized Agencies, Related Organizations, Funds, and Other UN Entities](#)
- [World Trade Organization \(WTO\)](#)